



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.543, DE 2021

(Do Sr. Carlos Bezerra)

Revoga §2º do art. 630 do Decreto-Lei nº 3689, de 3de outubro de 1941-
Código de Processo Penal.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-8045/2010.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021
(Do Sr. Carlos Bezerra)

Revoga §2º do art. 630 do Decreto –
Lei nº 3689, de 3 de outubro de 1941-
Código de Processo Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogado o §2º do artigo 630 do Decreto-Lei nº 3689, de 3 de outubro de 1941- Código de Processo Penal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Para tanto, nos valem os importantes e didáticos artigos publicados pelo Jornal O Advogado, de autoria do advogado Ernesto Lippman.

Por fundamentar muito bem o nosso propósito ao apresentar esta proposição pedimos vênias para reproduzir partes deste art. 60, que consubstancia as justificativas para a necessária revogação do § 2º do art. 630 do Código de Processo Penal:

“A gravidade dos prejuízos sofridos com a condenação criminal injusta faz com que ela seja destacada da responsabilidade civil do estado prevista de maneira expressa no art. 37 §6º da Constituição Federal.

Evidentemente a questão se torna ainda mais séria quando a sentença não decorrer de erro do juiz, mas da confissão obtida mediante tortura.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Bezerra
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214894976100>





Assim, propomos uma Lei que simplesmente revogue o §2º do art. 630 do Código Penal, uma vez que a Constituição de 1988 consagrou a tese da responsabilidade pela “falibilidade humana dos julgamentos.”

Ante o exposto, esperamos contar como necessário apoio de nossos pares nesta casa para transformar em norma jurídica esta proposição.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado CARLOS BEZERRA

multipartFile2file3797367032283712332.tmp



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Bezerra
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214894976100>



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

LIVRO III
DAS NULIDADES E DOS RECURSOS EM GERAL

TÍTULO II
DOS RECURSOS EM GERAL

CAPÍTULO VII
DA REVISÃO

Art. 630. O tribunal, se o interessado o requerer, poderá reconhecer o direito a uma justa indenização pelos prejuízos sofridos.

§ 1º Por essa indenização, que será liquidada no juízo cível, responderá a União, se a condenação tiver sido proferida pela justiça do Distrito Federal ou de Território, ou o Estado, se o tiver sido pela respectiva justiça.

§ 2º A indenização não será devida:

- a) se o erro ou a injustiça da condenação proceder de ato ou falta imputável ao próprio impetrante, como a confissão ou a ocultação de prova em seu poder;
- b) se a acusação houver sido meramente privada.

Art. 631. Quando, no curso da revisão, falecer a pessoa, cuja condenação tiver de ser revista, o presidente do tribunal nomeará curador para a defesa.

FIM DO DOCUMENTO